

A

PREFEITURA ALTO GARÇAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ilma. Senhora Pregoeira Alessandra da Silva Dias

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 025/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2020

**OBJETO: COM REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE VENTILADOR PULMONAR PARA ATENDER PACIENTES QUE DESENVOLVE QUADROS GRAVES DA COVID - 19, conforme condições, especificações e quantidades descritas no Edital e seus Anexos.**

A empresa **SPECTRUM MEDIC COMERCIO E SERVICOS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.562.894/0001-95, com sede à rua dos Pinheiros, SN, Quadra 11, lote 09, galpão 01, bairro Pq. Primavera, na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar sua

**IMPUGNAÇÃO**

Em face ao instrumento convocatório, pelos fatos e fundamentos que ora passa a aduzir:



## **I - DA TEMPESTIVIDADE**

A empresa SPECTRUM HOSPITALAR, vem, artigo 41, paragrafo 1º da lei 8666/93, apresentar a sua IMPUGNAÇÃO tempestivamente, ao processo pregão eletrônico 025/2020.

## **II - DOS FATOS E DO DIREITO**

A legislação pertinente a licitações públicas, em vários artigos é bem clara em solicitar que não haja tratamento desigual entre licitantes.

Podemos realçar no Artigo 3º da Lei Federal nº 8666/93, o *princípio da igualdade de oportunidade de licitar* entre os participantes de uma licitação.

**"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."**

Ao proceder a uma especificação geral de um equipamento no edital que a Administração Pública requer por meio de uma licitação, sem ter um direcionamento exato para um determinado produto que somente uma empresa privada teria, é, sem dúvida, uma forma de igualar os concorrentes. Pois todos aqueles que detêm estes equipamentos entrarão para a licitação, sem que ocorra a desigualdade com os outros. Pois a especificação geral, somente mostra que a Administração Pública não quer qualquer equipamento e sim com determinada qualificação.

Ao realizar o procedimento de licitação, a Administração Pública terá sempre que atender seus interesses. Assim, dita o princípio constitucional que rege a licitação, o *Princípio da Impessoalidade*. Ao se ver na necessidade de aquisição de equipamentos

*[Handwritten signature]*



eletromédicos, tem que se pensar além do menor preço, mas também na melhor qualidade.

Atente-se que para a consecução de seus atos a Administração Pública está obrigada a respeitar os ditames legais, vinculando-se totalmente dos termos contidos no instrumento convocatório do qual não pode afastar-se.

***" Se a Administração não atende ao fim legal, a que está obrigada entende-se que abusou do seu poder (...) O fim legal é, sem dúvida, um limite ao poder discricionário. Portanto se a ação Administrativa desatende a essa finalidade, deve-se concluir que extra limitou de sua zona livre, violando uma prescrição jurídica expressa ou implícita (...)" (Celso A. B. de Mello in Elementos de Direito Administrativo Ed. RT. 1980 - p. 15) (d.n)***

***"Art. 44. No julgamento das propostas, a comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.***

Para garantir a qualidade do equipamento a ser adquirida por essa Douta comissão, é de grande importância uma descrição ampla, mas que garanta o bom funcionamento e qualidade do produto. De forma com que o descritivo do referido objeto obtenha uma especificação mínima de alguns parâmetros que são influenciadores na qualidade do equipamento.

A empresa Spectrum Hospitalar sente-se prejudicada no seu direito de participar desta licitação, pois os descritivos estão limitando a participação de outros fornecedores, ao



mesmo tempo em que favorece o item 1 para que somente um modelo de equipamento possa atender na íntegra todas especificações solicitadas.

Ocorre que cada fabricante possui uma determinada faixa de medições, precisão, dimensões, dentre outras características. Desta maneira **se faz necessário alteração do descritivo técnico para que outras empresas possam ter condições de participar do certame evitando assim prejuízos aos cofres públicos.**

Se este conceituado órgão necessita adquirir equipamentos para utilização em seus serviços e busca a aquisição com preço justo através de processo por licitação, nada mais adequado que a solicitação de equipamentos com características que contemplem a maior quantidade de aparelhos, sem perder em qualidade e segurança.

Como é de conhecimento:

O estabelecimento de requisitos que não sejam baseados em elementos técnicos **necessários** para o atendimento do objeto da licitação, e que imponham o favorecimento ou direcionamento a determinado produto ou licitante, caracteriza grave violação aos princípios que norteiam a atuação da Administração Pública e a condução dos processos de licitação.

**Viola-se o princípio da isonomia**, na medida em que está a se estabelecer uma preferência a determinado fabricante, preferência essa que não é baseada no atendimento a uma necessidade objetiva da Administração Pública.

O que não pode ocorrer são exigências absurdas que venham a restringir o caráter de competitividade da licitação, impedindo o direito de qualquer firma, idônea em contratar com o poder público.

Para que haja ampla concorrência e este duto órgão possa fazer aquisição de um equipamento que atenda a necessidade e qualificação necessária, sugere-se a inclusão do descritivo técnico utilizado pelo ministério da saúde afim de permitir maior quantidade de empresas participantes no certame.





Uma vez que estas solicitações visam a participação de outras empresas renomadas e a qualificação e confiabilidade dos produtos que serão ofertados, a empresa Spectrum Hospitalar **sugere as seguintes alterações.**

#### **PARA O ITEM 01 – VENTILADOR PULMONAR**

As características técnicas requeridas para o Ventilador pulmonar do item 01 deste certame é cópia fiel da descrição técnica do equipamento de modelo **Graphnet** da marca **Tecme** no qual apontam direcionamento para o equipamento e modelo supracitado, **único capaz de atender em sua totalidade este descritivo.**

Para que não restem dúvidas pode ser comprovado no link abaixo que a descrição técnica do item 01 trata-se da descrição na íntegra do equipamento supracitado.

#### **Das especificações do edital**

Foi solicitado em edital tendências gráficas para diversos parâmetros conforme segue:

*"apresentação de gráficos com as tendências de no mínimo 60 horas para PEEP, complacência, frequência respiratória, pressão máxima de via aérea (pico), pico de fluxo inspiratório, volume minuto, constante de tempo expiratório, concentração de oxigênio, pressão média de via aérea, ensaio de respiração espontânea, índice de stress e volume expiratório."*

Ocorre que o **único equipamento comercializado atualmente no mercado que possuem tendências para todos os parâmetros solicitados** e único capaz de atender na íntegra é o modelo supracitado Graphnet e marca Tecme.

↓



Os fabricantes de equipamentos de ventilação pulmonar disponíveis no mercado atual possuem equipamentos com configuração de tendência dos principais parâmetros que possam haver necessidade do usuário revisá-los.

Já o fabricante da marca Tecme optou por acrescentar outros parâmetros conforme citados abaixo no qual se diferencia das demais empresas do mercado:

*"pressão máxima de via aérea (pico), pico de fluxo inspiratório, constante de tempo expiratório, pressão média de via aérea, ensaio de respiração espontânea, Índice de stress"*

Fato é que durante o uso do equipamento de ventilação mecânica, o usuário realiza a configuração de alarmes do equipamento e caso ocorra alguma medição que altere a faixa de alarme configurada o mesmo irá alarmar e o usuário tomará as medidas necessárias para intervir e buscar as devidas soluções.

Não restam dúvidas de que a rotina de uso do equipamento de ventilação mecânica não possui necessidade de revisar a medição de todos os parâmetros solicitados neste certame uma vez que as ocorrências decorrentes de situações adversas exigem do usuário uma medida rápida e em tempo real.

Resta claro que caso esta douta comissão não faça alteração da descrição técnica **somente uma empresa poderá participar deste certame atendendo na íntegra as especificações do edital trazendo prejuízos aos cofres públicos.**

**Caso esta douta comissão de avaliação decida por negar provimento à esta impugnação, solicitamos que a mesma informe outros modelos que também atendem a solicitação do edital, assim também como as propostas das empresas que participaram do processo de estimativa de valor.**

*df*





Portanto segue abaixo sugestão de alteração para ampla concorrência.

**ONDE SE LÊ:**

*"apresentação de gráficos com as tendências de no mínimo 60 horas para PEEP, complacência, frequência respiratória, pressão máxima de via aérea (pico), pico de fluxo inspiratório, volume minuto, constante de tempo expiratório, concentração de oxigênio, pressão média de via aérea, ensaio de respiração espontânea, índice de stress e volume expiratório."*

**SUGERE-SE ALTERAR PARA:**

*"apresentação de gráficos com as tendências de no mínimo 60 horas para PEEP, complacência, frequência respiratória, volume minuto, concentração de oxigênio, e volume expiratório."*

Além das especificações que apontam direcionamento para a marca Tecme, foram inseridas no edital especificações que se contradizem como exemplo a faixa de volume, tempo, peep e frequencia que inicialmente foram solicitadas com determinada faixa e em segundo momento uma faixa diferente, logo para evitar possíveis questionamentos e transtornos com recursos e possível fracasso do item, solicitamos que sejam retiradas as especificações iniciais das faixas solicitadas para tais parâmetros evitando assim a solicitação de duas faixas distintas para o mesmo parâmetro solicitado.

Desta maneira sugere-se a retirada do texto abaixo:

*"VOLUME 20 A 1500ML, TEMPO 0,1 A 3SEGUNDOS, FREQ. 1 A 150RPM, PEEP 0 A 30CM H2O"*

**Resta claro que estas alterações só irão trazer benefícios para o mesmo, pois será adquirido um equipamento do mesmo patamar ou superior e possibilitará**





a participação de outras empresas, aumentando assim a concorrência e consequentemente diminuindo o preço do produto.

### III - DO PEDIDO

Ao teor do exposto, pede a V.Sa que se digne:

A alteração do Objeto de pregão para as sugestões acima expostas, tendo em vista que vai permitir a participação de outras empresas renomadas no mercado permitindo melhor custo benefício para o órgão solicitante.

Isto posto, aguardamos respeitosamente, que seja dado provimento à presente IMPUGNAÇÃO, para fins de se determinar a alteração da especificação dos item 1 deste certame, outrossim, aguarda o acolhimento desta impugnação para que a falha apontada acima seja sanada

Termos em que pede Deferimento.

CNPJ: 29.562.894/0001-95  
SPECTRUM MEDIC COMÉRCIO E  
SERVIÇOS LTDA - ME  
Rua dos Pinheiros, Qd. 11 Lt. 09  
Galpão 01 - Parque Primavera  
CEP 74913-140  
APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

Aparecida de Goiânia, 14 de Setembro de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**SPECTRUM MEDIC COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**





Goiânia, 15 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2020  
ABERTURA DIA 17/09/2020 ÀS 14:30 HS

## IMPUGNAÇÃO

A HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 05.743.288/0001-08, com sede na Rua 104, Nº 74, Setor Sul, CEP 74083-300, Goiânia – GO, por seu representante legal ao final assinado, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fundamento nas disposições do Ato de Convocação (Edital) e nas Leis nº 10.502/02 e 8.666/93, dentro do prazo legal, oferecer IMPUGNAÇÃO AO EDITAL pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

### - DOS FATOS

Nos termos do que se observa do edital em referência, pregão eletrônico, do tipo menor preço, o certame tem como finalidade o Registro de Preço para aquisição de ventilador pulmonar para atender pacientes que desenvolve quadros graves da COVID-19, conforme condições, especificações e quantidades descritas no Edital e seus Anexos.

Interessada em participar do pregão em referência, a peticionária obteve cópia do Edital, oportunidade em que notou a existência de condição discriminatória, que não somente inviabiliza a participação da impugnante no certame, mas, principalmente, restringe o seu caráter competitivo, atentando contra seu objetivo precípuo, qual seja, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Com base no acima exposto, o andamento do certame licitatório traz-nos a certeza da existência ilegalidades, capaz de anular o referido pregão, como restará amplamente demonstrado.

### - DOS APONTAMENTOS







**HOSPCOM**  
Porque a vida exige precisão.

Hospcom Equipamentos Hospitalares LTDA

CNPJ: 05.743.288/0001-08. Inscrição Estadual: 10.366.017-8. Inscrição Municipal: 199210-4  
Endereço: Rua 104 n° 74 Setor Sul Goiânia, Goiás CEP: 74083-300 Telefone: (62) 3241.5555

www.hospcom.net



Impugnamos o item 1 - ventilador pulmonar, pois o único ventilador do mercado que soma as características abaixo é o modelo Luft3 da marca Leisntung:

- Volume corrente de 5 a 2000ml
- Fluxo controlado de 4 a 120 lpm
- Nebulização sem alteração da FiO2 ajustada
- Índice de Stress
- Ventilação com fluxo contínuo, ciclado a tempo e com pressão limitada

Entendemos que existem equipamentos que atendem a uma ou duas dessas solicitações, porém a todas elas simultaneamente, apenas o modelo Luft3 da marca Leistung atende na íntegra. Solicitamos imediata adequação do termo para um que contemple um maior número de concorrentes.

Solicitamos a imediata adequação do texto deste termo de referência para que se caracterize assim a ampla concorrência, respeitando assim a lei 8.666.

#### – DO DIREITO

Da não observância ao Princípio da Competitividade do Procedimento Licitatório e da Isonomia.

No que diz respeito aos princípios norteadores do direito administrativo, é importante salientar:

O objetivo primordial da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa à Administração Pública. Com este intuito, as licitações devem propiciar a participação do maior número possível de concorrentes, com vistas a que o Poder Público possa efetivamente selecionar a proposta mais vantajosa dentre um maior número de propostas.

Nesse sentido, deve a licitação desenvolver-se com base no princípio da competitividade, sendo vedadas quaisquer condições que de alguma forma restrinjam ou comprometam seu caráter competitivo. O artigo 3º, §1º, inciso I da Lei 8.666/93, expressamente veda aos agentes públicos:

“Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam



preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato." (Grifos nossos)

Ora, o item questionado do Edital compromete o caráter competitivo do mesmo, pois exclui desmotivadamente licitantes que detenham condições técnicas e econômicas para fazer o fornecimento.

A doutrina brasileira é pacífica ao afirmar que, com base na lei de licitações, é expressamente proibido estabelecer qualquer condição estranha ao objeto do contrato que limite a competição do procedimento licitatório, vedando-se a inclusão de *"cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão de circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato"*<sup>1</sup>.

No caso em pauta, deve prevalecer o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com base no caráter competitivo do certame:

*"Competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes".*

Pode-se, inclusive, vislumbrar a existência de favoritismo administrativo, visto que o Edital em alguns itens privilegiou expressamente empresa específica.

Cabe ressaltar que a observância do princípio constitucional da isonomia e o propósito de selecionar a proposta mais vantajosa para Administração Pública são os princípios basilares do procedimento licitatório, conforme disposto no caput do artigo 3º da Lei Federal de Licitações:

Artigo 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos. (Grifos nossos)

Sobre a igualdade dos administrados em face da Administração, já disse Celso Antônio Bandeira de Mello que esse princípio

"firma a tese de que esta [a Administração] não pode desenvolver qualquer espécie de favoritismo ou desvalia em proveito ou detrimento de alguém. Há de agir com obediência ao princípio da impessoalidade. (...) A exigência de licitação para a realização de negócios

<sup>1</sup> Carlos Ari Sundfeld, in Licitação e Contrato Administrativo, 2ª edição, 1994, Ed. Malheiros.







com os particulares não traduz apenas o desejo estatal de obter o melhor produto ou serviço com menores ônus. Implica, também, a obrigação de oferecer aos particulares, que se dispõem a fornecer o bem ou o serviço, a oportunidade de disputar em igualdade de condições. Assim, o instituto da licitação não tem em mira, apenas, os cômodos do Estado, mas também, encarece interesses dos particulares em face dele. Não basta, portanto, que a Administração possa demonstrar que realizou operação, em tese, vantajosa para o Estado. Importa que demonstre, ainda, ter oferecido oportunidades iguais a todos os particulares. Só assim se evidenciarão o tratamento isonômico a que fazem jus e a ausência de favoritismo na utilização de poderes ou na dispensa de benefícios dos quais a Administração é depositária e curadora, em nome de terceiro, por se tratar de interesses públicos.<sup>2</sup>

Conforme já ressaltado, o item questionado do Edital configura justamente esse tipo de cláusula instituidora de limitação e restrição à licitação, com a consequente implementação da desigualdade entre iguais. Afinal, não há outra razão para a inclusão de tal item a não ser a limitação de participantes no certame.

Assim, é lição escorreita no Direito Administrativo que o "princípio da igualdade" constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar.

Também, no âmbito do presente Edital, fica demonstrada a violação ao princípio da legalidade, com base no qual a Administração Pública só pode exercer suas atividades na mais estrita consonância com os termos legais. Assim, de acordo com os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Melo, o "princípio da legalidade é a completa submissão da Administração às leis<sup>3</sup>".

O princípio da legalidade para a Administração Pública se traduz na estreita relação que limita a atuação do agente público aos termos da lei.

No dizer da doutrina:

*"a) Legalidade*

*É agora uma prescrição jurídica expressa no capítulo da licitação, que limita a possibilidade de arbítrio do poder discricionário da Administração Pública, sendo que a finalidade do ato, dentro da razoabilidade, deve conformar-se com os ditames legais"*

<sup>2</sup> Op. Cit., pp.43/46.

<sup>3</sup> Celso Antônio Bandeira de Melo, in Curso de Direito Administrativo, 12ª edição, 2000, Ed. Malheiros.



(Antônio Roque Citadini, Comentários e Jurisprudência sobre a Lei de Licitações Públicas, 3ª edição, Ed. Max Limonad, pg. 39 – destacamos).

*"É o fruto da submissão do Estado à lei. É em suma: a consagração da idéia de que a Administração Pública só pode ser exercida na conformidade da lei e que, de conseguinte, a atividade administrativa é atividade sublegal, infralegal, consistente na expedição de comandos complementares à lei"* (Celso Antônio Bandeira de Mello, Curso de Direito Administrativo, 11ª edição, Ed. Malheiros, pg. 58 - grifamos).

*"A legalidade, como princípio de administração (Constituição Federal, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.*

(...)

*Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza"* (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 20ª edição, Ed. Malheiros, pg. 82 – grifos nossos).

Conclui-se, portanto, que a Administração Pública deve agir em estrito cumprimento à lei.

Não foi o que ocorreu, todavia, na licitação em comento, posto que houve a efetiva restrição do certame com a publicação de edital convocatório cujos requisitos não podem ser atendidos por outra empresa, senão a fabricante supracitada.

Logo, ao que tudo indica, nenhum dos princípios apontados foram observados no certame objeto desta impugnação.

#### - CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS

Assim sendo, a Impugnante requer o acolhimento desta Impugnação, em especial para promover a correção do Edital, para que seja excluído o direcionamento na descrição do produto constante do item 01, alterando-se, pois, o edital, em termos genéricos, devendo-se publicar correção, e, consequentemente, prorrogando a data da licitação.







# HOSPCOM

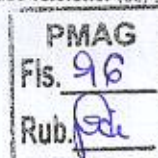
Porque a vida exige precisão.

Hospcom Equipamentos Hospitalares LTDA

CNPJ: 05.743.288/0001-08. Inscrição Estadual: 10.366.017-8. Inscrição Municipal: 199210-4

Endereço: Rua 104 nº 74 Setor Sul Goiânia, Goiás CEP: 74083-300 Telefone: (62) 3241.5555

[www.hospcom.net](http://www.hospcom.net)




Ressalte-se que, a decisão deverá ser apresentada de forma motivada e objetiva, de sorte a atender as determinações previstas nos princípios norteadores da Administração Pública, sob pena de serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Saliente-se que a inobservância da matéria abordada nesta Impugnação, com a continuidade do certame sem a adoção das medidas acima elencadas, sujeitará a adoção das medidas judiciais cabíveis, nos termos da legislação pátria vigente, bem como representação junto ao Tribunal de Contas do Estado De Goiás.

Por fim, requer-se que, após a apreciação da presente impugnação, a decisão seja remetida, via e-mail para [claudia.letticia@hospcom.net](mailto:claudia.letticia@hospcom.net).

Termos em que, pede e espera deferimento.



HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

JACKELINE TEODORA COELHO

Representante

RG 685950 SSP/TO

CPF 015.305.151-57

(62) 3241-5555

[licitacao@hospcom.net](mailto:licitacao@hospcom.net)